



## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

## Instituto Estadual de Florestas

## Núcleo de Apoio Regional de Lavras

Parecer nº 37/IEF/NAR LAVRAS/2021

PROCESSO Nº 2100.01.0011730/2021-07

## PARECER ÚNICO

## 1. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

Nome: Piassi Giovani	CPF/CNPJ: 213.863.906-15
Endereço: Rua Lagoa da Prata, nº 129	Bairro: Umuarama
Município: Passos	UF: MG
Telefone: (35) 3021-2363 / (35) 99730-5458	E-mail: thatydbarbosa@gmail.com

O responsável pela intervenção é o proprietário do imóvel?

( x ) Sim, ir para o item 3 ( ) Não, ir para o item 2

## 2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL

Nome:	CPF/CNPJ:
Endereço:	Bairro:
Município:	UF:
Telefone:	E-mail:

## 3. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Denominação: Fazenda Nossa Senhora Aparecida	Área Total (ha): 56,4575
Registro nº (se houver mais de um, citar todos): 6803	Município/UF: São João Batista do Glória/MG
Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR): MG-3162203-FCD3.0EF6.ED9B.1A57.E477.D23F.6E8B.F1AC	

## 4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade
Supressão de cobertura vegetal nativa, com ou sem destoca, para uso alternativo do solo	11,5980	ha

## 5. INTERVENÇÃO AMBIENTAL PASSÍVEL DE APROVAÇÃO

Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade	Fuso	Coordenadas planas (usar UTM, data WGS84 ou Sirgas 2000)	
				X	Y
****	****	****	****	****	****

## 6. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA

Uso a ser dado a área	Especificação	Área (ha)
****	****	****

## 7. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA (S) ÁREA (S) AUTORIZADA (S) PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

Bioma/Transição entre Biomas	Fisionomia/Transição	Estágio Sucessional (quando couber)	Área (ha)
****	****	****	****

## 8. PRODUTO/SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL AUTORIZADO

Produto/Subproduto	Especificação	Quantidade	Unidade
****	****	****	****

## 1. HISTÓRICO

- Data da formalização: 01/03/2021.
- Data da vistoria: Somente análise documental.
- Data da emissão do parecer técnico: 26/04/2021.
- Data finalização do parecer técnico: 27/04/2021.

**2. OBJETIVO**

É objeto deste parecer, analisar a solicitação para supressão da cobertura vegetal nativa com ou sem destoca em 11,5980 ha, com a finalidade de pecuária.

**3. CARACTERIZAÇÃO DO IMÓVEL/EMPREENHIMENTO****3.1 Imóvel rural:**

Trata-se de imóvel rural denominado Fazenda Nossa Senhora Aparecida, localizado no município de São João Batista do Glória/MG, com área escriturada e levantada de 56,4575 ha, situada sob as coordenadas planas UTM 23K WGS 84 X 336344 Y 7724226. O número de módulos fiscais do município são 26 hectares.

O imóvel se encontra registrado junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Passos/MG, sob matrícula nº 6.803, de 27/10/1981, conforme certidão de registro de imóvel.

Conforme definição do Mapa de Aplicação da Lei n.º 11.428/06, elaborado pelo IBGE e informações constantes no IDE SISEMA, a propriedade está localizada nos domínios do bioma Cerrado.

Conforme IDE – Sisema a propriedade apresenta-se como uma região com topografia suave ondulada. O uso e ocupação do solo da propriedade é composto por 52,67% de pastagem. A propriedade encontra-se com a inscrição do imóvel junto ao Cadastro Ambiental Rural – CAR, sob o registro de número MG-3162203-AEEC.9B2E.11A4.4952.91B7.9CF7.C4B4.D49E. Sendo o total de área de preservação permanente da propriedade de 3,5757 ha, conforme CAR apresentado, sendo composta em maior parte por remanescente de vegetação nativa regional.

O município de São João Batista do Glória/MG, onde se localiza a propriedade com área requerida para intervenção ambiental, possui 46,07% de sua área total composta por vegetação nava, segundo dados do Inventário Florestal do Estado.

Foi apresentado/declarado, conforme item 5 do requerimento padrão a modalidade de licença ambiental do empreendimento em relação à DN COPAM nº 217/17, que é a atual norma regulamentadora do licenciamento ambiental no Estado de Minas Gerais, sendo o empreendimento enquadrado como não passível.

**3.2 Cadastro Ambiental Rural:**

- Número do registro: MG-3162203-AEEC.9B2E.11A4.4952.91B7.9CF7.C4B4.D49E.

- Área total: 58,3260 ha

- Área de reserva legal: 13,9414 ha

- Área de preservação permanente: 3,5757 ha

- Área de uso antrópico consolidado: 32,0294 ha

- Qual a situação da área de reserva legal:

( x ) A área está preservada:

( ) A área está em recuperação:

( ) A área deverá ser recuperada:

- Formalização da reserva legal:

( x ) Proposta no CAR ( ) Averbada ( ) Aprovada e não averbada

- Qual a modalidade da área de reserva legal:

( x ) Dentro do próprio imóvel ( ) Compensada em outro imóvel rural de mesma titularidade

( ) Compensada em imóvel rural de outra titularidade

A propriedade encontra-se com a inscrição do imóvel junto ao Cadastro Ambiental Rural – CAR, sob o registro de número MG-3162203-AEEC.9B2E.11A4.4952.91B7.9CF7.C4B4.D49E.

O CAR declarado é composto por matrícula única nº 6.803, livro 2-RG, CRI Passos/MG.

Foi declarada uma área de preservação permanente com 3,5757 ha, uma área de reserva legal com 13,9414 ha e área consolidada de 32,0294 ha.

Foi verificado na matrícula apresentada que não possui reserva legal averbada a nível de registro de imóvel e sendo essa matrícula com data de 27 de outubro de 1981.

A reserva legal declarada no CAR consta com área total de 13,9414 ha atendendo o percentual mínimo de 20% da área total do imóvel em questão (área levantada – 56,4575 ha). Conforme CAR apresentado houve utilização de APP no cômputo da Reserva Legal, havendo restrição legal para conversão de novas áreas para uso alternativo do solo, conforme inciso I do artigo 35 da lei 20.922/2013.

#### **4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA**

A propriedade está localizada em São João Batista do Glória/MG, e conforme dados do Inventário Florestal de Minas Gerais, o município possui 46,07% de sua cobertura com vegetação nativa.

Com base na Infraestrutura de Dados Espaciais do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IDE-Sisema) foi observado que a propriedade está inserida no Bioma Cerrado, localizado na Unidade de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos (UPGRH) a GD 7, sendo a vulnerabilidade natural classificada de muito baixa.

Conforme requerimento do interessado que requer a supressão da cobertura vegetal nativa com ou sem destoca em 11,5980 ha, com a finalidade de pecuária e após análise do processo passamos as considerações.

##### Taxa de Expediente:

- Supressão da cobertura vegetal nativa com ou sem destoca – Valor recolhido = R\$504,78, data pagamento 28/12/2020.

- Taxa Complementar: Supressão da cobertura vegetal nativa com ou sem destoca – Valor recolhido = R\$31,60 data pagamento 11/02/2021.

Ao somar as duas taxas o montante é de R\$ 536,38 corroborando com a planilha de estimativas de custos do ano base 2021.

##### Taxa florestal:

Foi recolhida a taxa florestal de lenha conforme DAE nº 2901043548708 – Valor recolhido = R\$3637,37, data do pagamento 28/12/2020.

Foi recolhida a taxa florestal complementar de lenha conforme DAE nº 2901068716655 – Valor recolhido = R\$227,75, data do pagamento 11/02/2021.

Ao somar as duas taxas o montante é de R\$ 3865,12 corroborando com planilha de estimativas de custos do ano base 2021.

Foi recolhida a taxa florestal de madeira conforme DAE nº 2901043556956 – Valor recolhido = R\$5205,52, data do pagamento 28/12/2020.

Foi recolhida a taxa florestal complementar de madeira conforme DAE nº 2901068726065 – Valor recolhido = R\$325,94, data do pagamento 11/02/2021.

Ao somar as duas taxas o montante é de R\$ 5531,46 corroborando com planilha de estimativas de custos do ano base 2021.

#### **4.1 Das eventuais restrições ambientais:**

- Vulnerabilidade Natural – Muito Baixa.

- Área Prioritária para Conservação (ZEE) – Baixa / Média.

- Área Prioritária para Conservação (Biodiversitas) – Extrema.

- Reserva da Biosfera – Não.

- Unidade de conservação ou zona de amortecimento – Sim. Zona de Amortecimento do Parque Nacional da Serra da Canastra.

- Áreas de uso restrito – Não.

#### **4.2 Características socioeconômicas e licenciamento do imóvel:**

- Atividades desenvolvidas: -.

- Atividades a serem desenvolvidas: G-02-07-0 - Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muare, ovinos e caprinos, em regime extensivo.

- Atividades a serem licenciadas: -.

- Classe do empreendimento: -.

- Critério locacional: -.
- Modalidade de licenciamento: Não passível.

#### **4.3 Vistoria realizada:**

Não foi realizada vistoria por não apresentação de inventário florestal, estudo obrigatório para análise do requerimento, sendo realizada análise processual prévia, sendo os pontos apresentados e discutidos neste parecer.

##### **4.3.1 Características físicas:**

- Relevo: suave ondulado, fonte: IDE-Sisema.
- Solo: Latossolo Vermelho Escuro Distrófico, fonte: PUP.
- Hidrografia: Bacia do Médio Rio Grande, fonte: PUP.

##### **4.3.2 Características biológicas:**

- Vegetação: Conforme definição do Mapa de Aplicação da Lei n.º 11.428/06, elaborado pelo IBGE, informações constantes no IDE-SISEMA e PUP a propriedade está localizada nos domínios do bioma Bioma Cerrado, ocorrendo as fitofisionomias Cerrado Stritu Senu e Floresta Estacional Semidecidual, o que indica que a área requerida está localizada em zona ecotonal de Cerrado e Mata Atlântica.

- Fauna: Foi apresentado conforme PUP que “há uma variedade de animais, estando entre eles, às espécies endêmicas de anfíbios e répteis como perereca. Existem vários animais que estão em risco de extinção, como o lobo-guará, o tamanduá-bandeira, entre outros”.

#### **4.4 Alternativa técnica e locacional:**

Não se aplica.

### **5. ANÁLISE TÉCNICA**

O requerimento trata-se de supressão da cobertura vegetal nativa com destoca, em uma área de 11,5980 hectares, para fins de pecuária, em propriedade inserida no Bioma Cerrado. Neste ponto vale ressaltar que a propriedade está a uma distância média de aproximadamente 22 km, em linha reta, da linha divisória do bioma Mata atlântica conforme o mapa da área de aplicação da Lei 11.428/2006 que apresenta uma escala de 1:5.000.000, ou seja, que cada centímetro no mapa representa 50 quilômetros no terreno, ou seja, tratar a separação de biomas somente por uma linha divisória não significa que a porção inserida no bioma cerrado seja necessariamente “cerrado”, estando a propriedade inserida em uma região ecotonal.

Nos termos da Resolução 1905/2013 a formalização de processos para intervenção ambiental relativos à supressão de vegetação nativa para uso alternativo do solo, em áreas iguais ou superiores a 10 ha (dez hectares), depende da apresentação do Plano de Utilização Pretendida - PUP com inventário florestal qualitativo e quantitativo, os quais devem ser elaborados e executados sob responsabilidade técnica de profissional devidamente habilitado, sendo necessária a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART.

No entanto, no processo em pauta houve formalização atendendo ao checklist no que tange aos documentos necessários, mas o documento intitulado “PUP” não atende aos requisitos técnicos básicos conforme Termo de Referência do PUP com inventário florestal. Assim, o estudo é insuficiente tecnicamente considerando a área requerida não trazendo qualquer embasamento, inclusive de estágio sucessional no que tange a porção de floresta estacional semidecidual apontada como também existente na área requerida.

Ressalta-se que o PUP apresentado aponta no quesito fauna que “há uma variedade de animais, estando entre eles, às espécies endêmicas de anfíbios e répteis como perereca. Existem vários animais que estão em risco de extinção, como o lobo-guará, o tamanduá-bandeira, entre outros”. Ou seja, foi apontado existência de espécies endêmicas e ameaçadas para o local sem detalhar e discutir o tema considerando de grande importância, o que por si só já seria justificativa de indeferimento do requerimento de supressão sobretudo pela referência do estudo técnico apresentado.

Em áreas de intervenções ambientais para supressão de vegetação nativa, o Plano de Utilização Pretendida e o Inventário Florestal são estudos técnicos essenciais para a correta classificação dos remanescentes florestais e adequado embasamento das decisões do órgão ambiental.

Sendo o PUP e levantamento topográfico de responsabilidade técnica da Engenheira Ambiental Tathiane Daniel Barbosa CREA 175682/D, ART nº MG20210107418.

#### **5.1 Possíveis impactos ambientais e medidas mitigadoras:**

Não se aplica.

## 6. CONTROLE PROCESSUAL

### Relatório

Foi requerida por Piassi Giovani, inscrito no CPF sob o nº 213.863.906-15, a autorização para *supressão de vegetação nativa para uso alternativo do solo* em área de 11,5980ha, junto à propriedade denominada “Fazenda Nossa Senhora Aparecida”, localizada no Município de São João Batista do Glória/MG, matriculada junto ao CRI de Passos/MG sob o nº 6.803.

Verificou-se a inscrição da propriedade no SICAR.

Foi observada a quitação da taxa referente análise de intervenção ambiental e taxa florestal.

Empreendimento não passível de licenciamento ambiental.

É o relatório, passo à análise.

### Análise

Este controle processual foi realizado pela DRCP da Supram Sul de Minas, em apoio ao IEF, nos termos do art. 66 do Decreto Estadual 47.042/16 e Memorando.SEMAD/ASJUR.nº 155/2018, em que são atos a serem praticados de mera execução material, medidas de suporte realizadas por técnicos e gestores ambientais pertencentes à mesma carreira disciplinada pela Lei Estadual nº 15.461/2015, não se alterando a competência do IEF para a decisão estabelecida no Decreto Estadual n. 47.892/20.

O Analista Ambiental constatou que o Plano de Utilização Pretendida “PUP” não atende aos requisitos técnicos básicos conforme Termo de Referência do PUP com inventário florestal, sendo o estudo insuficiente tecnicamente, não trazendo qualquer embasamento, inclusive de estágio sucessional, no que tange a porção de floresta estacional semidecidual apontada, como também existente na área requerida, conforme relatado no item 5 deste parecer. Foi, também, apontado existência de espécies endêmicas e ameaçadas para o local sem detalhar e discutir o tema, considerando sua importância e relevância. Assim, a vistoria de campo fica comprometida por falta de estudos técnicos, tornando a análise do pleito comprometida por falta de estudos que norteiam por meio de parâmetros definidos na legislação, do referido estágio de regeneração natural do fragmento e a indicação da fitofisionomia original, elaborado com metodologia e suficiência amostral adequadas.

Dessa forma, em processos de intervenção ambiental, casos os estudos ambientais não tragam ou omitam informações que dizem respeito à identificação dos impactos ambientais, à caracterização do ambiente, à definição de ações e meios para mitigação e compensação, não resta, senão ao órgão ambiental, negar a autorização.

Portanto, a documentação e os estudos juntados ao processo ora em análise são inadequados e insuficientes para fundamentarem e instruírem a pretensão requerida.

Quanto à competência para análise, o Decreto Estadual nº 47.892/2020, que dispõe sobre a reestruturação do IEF, em seu art. 42, II, preceituam que a competência para as análises dos processos de intervenção ambiental de empreendimentos não passíveis de licenciamento ambiental e passíveis de licenciamento ambiental simplificado, é das Unidades Regionais de Florestas e Biodiversidade – URFBio do IEF, e o seu Parágrafo Único confere competência autorizativa ao Supervisor Regional, conforme dispositivos transcritos a seguir:

*Art. 38 – As Unidades Regionais de Florestas e Biodiversidade – URFBio têm como competência coordenar e executar as atividades relativas à política florestal e de biodiversidade do Estado, à preservação da flora e da fauna silvestre e ao uso sustentável dos recursos naturais renováveis, respeitadas as diretrizes emanadas pelas diretorias do IEF, no âmbito da respectiva área de abrangência, com atribuições de::*

*I – ...*

*II – coordenar e analisar os requerimentos de autorização para queima controlada e para intervenção ambiental dos empreendimentos não passíveis de licenciamento ambiental e dos passíveis de licenciamento ambiental simplificado, de atividades relacionadas ao cadastro de plantio, à declaração de colheita, ao transporte e ao consumo de florestas de produção...*

*Art. 38...*

*...*

*Parágrafo único – Compete ao Supervisor Regional do IEF, na sua área de abrangência:*

*I – decidir sobre os requerimentos de autorização para intervenção ambiental vinculados a empreendimentos e atividades não passíveis de licenciamento ambiental ou passíveis de licenciamento ambiental simplificado, ressalvadas as competências do Copam, ou localizados em unidades de conservação de proteção integral instituídas pelo Estado e em RPPN reconhecidas pelo IEF;*

*...*

O Analista Ambiental foi desfavorável à supressão de vegetação nativa com a finalidade de pecuária, pelos motivos expostos no parecer.

### Conclusão

Face ao acima exposto, opinamos pelo INDEFERIMENTO da intervenção requerida, por inconsistências técnicas e legais.

A competência para a decisão é do Supervisor Regional do IEF, conforme Decreto Estadual 47.892/20.

## 7. CONCLUSÃO

Por fim, sugerimos o **INDEFERIMENTO** da solicitação para supressão da cobertura vegetal nativa com ou sem destoca em 11,5980 ha com a finalidade de pecuária, pelos motivos expostos nesse parecer.

## 8. MEDIDAS COMPENSATÓRIAS

Não se aplica.

### 8.1 Relatório de Cumprimento de Condicionantes: [se for o caso de áreas já autorizadas]

Não se aplica.

## 9. REPOSIÇÃO FLORESTAL

[Em caso de deferimento, informar o valor de recolhimento ou outra opção de cumprimento da Reposição Florestal quando aplicável.]

Forma de cumprimento da Reposição Florestal, conforme art. 78, da Lei nº 20.922/2013:

(.) Recolhimento a conta de arrecadação de reposição florestal

(.) Formação de florestas, próprias ou fomentadas

(.) Participação em associações de reflorestadores ou outros sistemas

## 10. CONDICIONANTES

Não se aplica.

### INSTÂNCIA DECISÓRIA

( ) COPAM / URC ( x ) SUPERVISÃO REGIONAL

### RESPONSÁVEL PELO PARECER TÉCNICO

Nome: Anderson Alvarenga Rezende

MASP: 1244952-6

### RESPONSÁVEL PELO PARECER JURÍDICO

Nome: Rodrigo Mesquita Costa

MASP: 1.221.221-3



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Mesquita Costa, Servidor**, em 27/04/2021, às 15:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Anderson Alvarenga Rezende, Servidor**, em 27/04/2021, às 16:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **28611421** e o código CRC **CF1BB6AF**.